

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS

LEI PROVINCIAL Nº 12, DE 04 DE MAIO DE 1838.

Orça a Receita e fixa a Despesa das Câmaras Municipais da Província de Mato Grosso para o ano financeiro de 01/10/1838 a 30/09/1839. *Ementa inserida pelo IMPL*.

José Antonio Pimenta Bueno, Presidente da Provincia de Mato Grosso, Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte.

Titulo 1°.

Despeza Municipal

Artº. 1º. As Camaras Municipaes da Provincia de Mato Grosso são auctorisadas a dispender no anno financeiro, que decorre do 1º de Outubro de 1838 ao ultimo de Setembro de 1839, nos termos abaixo declarados, a quantia de dez contos e onze mil tresentos e quarenta e um reis: 10:011\$341

A saber:

A Camara Municipal da Cidade do Cuiabá

§1°. Com os Empregados, e expediente da Secretaria um conto duzentos e	1:252\$000
cincoenta e dois mil r	
1°. Secretario	400\$000
2°. Fiscal	360\$000
3°. Porteiro	120\$000
4°. Carcereiro da Cadêa Publica	100\$000
5°. Commissão ao Procurador	200\$000
6°. Expediente	72\$000

§2°. Com os objectos debaixo de sua Admministração trez contos e sessenta trez mil e seiscentos reis	3:063\$600
1°. Assignatura do Corr ^o Official e Partes	40\$000
2°. Livros para os Juises de Paz	40\$000
3°. Expediente do Jury	57\$600
4°. Sustento a presos indigentes	516\$000
5°. Illuminação da Cadêa	73\$000
6°. Reparos de Calçadas e aterros das Ruas	1:200\$000
7°. Concertos das Pontes do Mundéo e Rosario	380\$000
8°. Concertos de Bicas	400\$000

7°. Amortisação da divida passiva

357\$000

200\$000

A Camara Municipal da Cidade de Mato Grosso

§3º. Com os Empregados, e expediente da Secretaria trezentos e noventa e quatro	394\$000
mil reis	
1°. Secretario	200\$000
2°. Fiscal	72\$000
3°. Porteiro	32\$000
4°. Commissão ao Procurador	30\$000
5°. Carcereiro	20\$000
6°. Expediente	40\$000

A Camara Municipal da Villa do Diamantino

§5°. Com os Empregados, e expediente da Secretaria trezentos e	setenta mil reis	370\$000
1°. Secretario	200\$000	
2°. Porteiro	60\$000	
3°. Commissão ao Procurador	60\$000	
4°. Expediente	50\$000	

§6º. Com os objectos debaixo de sua Administração dois contos quinhentos e		2:540\$000
quarenta mil reis		
1°. Expediente do Jury e custas dos processos de rios absolvidos sento		
parte a Justiça	60\$000	
2°. Reparo de Estradas	120\$000	
3°. Continuação da obra da Ponte no Ribeirão do ouro	360\$000	
4°. Edificação da Cadêa Publica	1:500\$000	
5°. Amortisação da divida passiva	400\$000	
6°. Despezas eventuaes	100\$000	

A Camara Municipal da Villa de Poconé

§7°. Com os Empregados, e expediente da Secretaria	268\$000
Sessenta oito mil reis	
1°. Secretario	160\$000
2°. Porteiro	48\$000
3°. Carcereiro da Cadêa Publica	48\$000
4°. Expediente	12\$000

§8º. Com os objectos debaixo de sua Administração, setecentos e setenta e quatro mil novecentos e quarenta e um reis......

1°. Limpeza no Pateo	24\$000
2°. Reparo do tanque publico e ruas	200\$000
3°. Expediente do Jury	50\$000
4°. Sustento a presos indigentes, e Illuminação da Cadêa	100\$000
5°. Despezas eventuaes	100\$000
6°. Amortisação da divida passiva	300\$941

Titulo 2°.

Da Receita Municipal

Artº. 2º. A Receita Municipal procede das seguintes Rendas, que serão cobradas no sobredito anno financeiro em seus respectivos Municipios, no da

Cidade do Cuiabá

- § 1º. Contracto da Afilação de balanças, pesos, e medidas.
- § 2°. Direito sobre cabeças de Gado que morto for vendido.
- § 3°. Entradas de Canoas vindas de S. Paulo.
- § 4°. Foros de terras concedidas.
- § 5°. Licenças para Lojas e Tabernas.
- § 6°. Arrendamento de Predios.
- § 7°. Multas por infracção de Posturas.
- § 8°. Multas por falta na Sessão do Jury.
- § 9°. Multa por falta na Sessão da Camara.
- § 10°. Titulos de terras concedidas.
- § 11°. Cobrança da divida activa.
- § 12°. Suprimento pelo Cofre Provincial.

Da Cidade de Mato Grosso

- § 13°. Contracto da Afilação.
- § 14°. Foros de terras concedidas.
- § 15°. Multas em virtude de Leis existentes.
- § 16°. Cobrança da divida activa.
- § 17°. Suprimento pelo Cofre Provincial.

Da Villa do Diamantino

- § 18°. Foros de terras concedidas.
- § 19°. Direito sobre cabeça do gado que morto for vendido.
- § 20. Contracto da Afilação.
- § 21. Direito sobre Canoas, e liquidos vindos do Pará.
- § 22. Um por cento das compras, e arrematações do gado vaccum, cavallar, e muar.
- § 23. Cinco por cento do fumo fabricado, e do importado.
- § 24. Direitos sobre Cartas de Datas.
- § 25. Cobrança da divida activa
- § 26. Suprimento pelo Cofre Provincial.

Da Villa de Poconé.

- § 27. Foros de terras concedidas
- § 28. Direito sobre cabeça do gado que morto for vendido
- § 29. Contracto da Afilação
- § 30. Licenças para Lojas e Vendas.
- § 31. Titulos de terras concedidas.
- § 32. Multas por infracção de Posturas, e mais Leis existentes.
- § 33. Cobrança da divida activa.
- § 34. Suprimento pelo Cofre Provincial.
- **Artº. 3º**. A Receita proveniente das Rendas Municipaes é orçada no mencionado anno financeiro em sete contos setecentos e quarenta mil oitocentos e dezoito reis, a saber:

Da Cidade de Mato Grosso	282\$977
Da Villa do Diamantino	2:730\$000
Da Villa de Poconé	1:064\$737

Si o suprimento pelo Cofre Provincial não for realisado de sorte, que com a primeira parcella prefaça a quantia de dez contos onze mil tresentos e quarenta e um reis as Camaras Municipaes na falta dos necessarios recursos applicarão os que houver em beneficio dos objectos materiaes de despezas, contemplados na presente Lei, que não possão soffrer demora e que maiores prejuizos occasionem quando despresados, attendendo porém, que não fiquem os Empregados privados de receber os seus vencimentos.

Titulo 3°.

Disposições Geraes.

- **Artº. 4º**. Os Procuradores das Camaras não perceberão emolumento algum das quantias, que por ventura recebão como suprimento pelo Cofre Provincial.
- **Artº. 5º**. Quando se der o caso de que em algum dos artigos de Despeza haja sobra de alguã quantia, as Camaras Municipaes poderão applical-a a outro artigo, em que for diminuta a somma votada, sob pena de ser reposta pro-rata entre os Vereadores, que votarem a diferente applicação qualquer quantia fóra dos artigos expecificados na Lei.
- **Artº. 6º**. As Despezas decretadas na presente Lei, que não forem effectuadas durante o anno financeiro não poderão fazer-se, ou continuar no anno subsequente, sem Auctorisação Legislativa.
 - **Artº. 7º**. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as Auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que, a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo em Cuiabá aos quatro de Maio de mil oito centos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

José Antonio Pimenta Bueno

Carta de Lei, pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem Sanccionar, orçando a Receita, e fixando as Despezas das Camaras Municipaes da Provincia, para o anno financeiro de 1838 á 1839, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia Vêr.

José Corrêa Vianna a fez

Foi publicada a presente Lei na Secretaria do Governo aos 4 de Maio de 1838.

No impedimento do Secret.º O Official Maior, Francisco Vieira de Barros Junior

Registada no L.º 1^o de Leis af. 190. Cuiabá, 4 de Maio de 1838.

José Corrêa Vianna